



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS -
CDHM

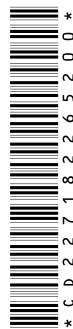
REQUERIMENTO N.º _____ /2022

(do Sr. Orlando Silva)

Requer adição na lista de convidados disposta no Requerimento nº 33/2022 CDHM, o qual Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para apresentação da pesquisa “Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil”, desenvolvido pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) em parceria com o Instituto Pólis.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 24, incisos III, VII, XIII e XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convidado um membro da Diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, para compor a lista de



convidados da Audiência Pública apresentada pelo Requerimento nº 33, de 2022 – CDHM, já aprovado em reunião desta Comissão, para debater o assunto constante da apresentação da pesquisa “Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil”, desenvolvido pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) em parceria com o Instituto Pólis.

JUSTIFICATIVA

Restou aprovada no âmbito desta Comissão, o Requerimento nº 33/2022 – CDHM, que solicita a realização de Audiência Pública para debater as recomendações apresentadas na conclusão da pesquisa “Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil”, divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Esse levantamento foi desenvolvido pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), em parceria com o Instituto Pólis, na quarta edição da Série Justiça Pesquisa.

A justificativa do presente Requerimento, que visa incluir a Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR no âmbito deste debate, se fundamenta pelas atividades movidas pela Associação, que acompanha com atenção o tema das remoções forçadas e os impactos da suspensão dos chamados despejos na pandemia.



A expertise de procuradores associados que atuam nas matérias afetas à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão pode contribuir para as discussões neste tema, tendo em vista as manifestações do GT Reforma Agrária e Conflitos Fundiários sobre o tema.

Em razão do exposto, portanto, contamos com apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de Novembro de 2022.

Deputado Orlando Silva

